

Religião no Egito Romano: uma análise comparada entre a iconografia numismática de Alexandria e a funerária do vale do Nilo.

Pedro Luiz Diniz Von Seehausen¹

O presente artigo, escrito para a nossa apresentação em sessão de comunicações do *Seminário Representações, Poder e Práticas Discursivas*, promovido pelo LITHAM – Laboratório Interdisciplinar de Teoria da História, Antiguidade e Medievo da UFRRJ, tenciona proporcionar uma breve apresentação de nossa pesquisa, ainda em estágio inicial, com a seguinte temática: “a religião no Egito Romano”, assunto pouco estudado no Brasil. A divisão e formato adotados, nesta apresentação, tiveram sua inspiração no capítulo “Os passos da pesquisa histórica”, redigido pelo professor Doutor Ciro Flamarion Cardoso em sua obra *Uma Introdução à História*², capítulo no qual o referido autor ensina-nos quais são as partes, que devem integrar um projeto de pesquisa em história. No entanto, não é intenção deste artigo a confecção de um projeto, apenas uma breve demonstração do estágio atual da pesquisa, descrevendo o conteúdo de nosso trabalho, adequando-o aos componentes necessários a uma pesquisa em história, segundo ensina o Professor Ciro Cardoso, fazendo-o no formato de uma apresentação discursiva.

Dessa forma, este artigo será composto das seguintes etapas: “apresentação e contextualização geral do tema e os objetivos da pesquisa”, “quadro teórico”, “hipóteses”, “fontes” e “metodologia”. Iniciaremos com uma contextualização política – embora nossa ênfase concentre-se no campo da cultura –, e em seguida, apresentaremos o quadro teórico utilizado na pesquisa. Nos três demais tópicos, teceremos comentários acerca das hipóteses já formuladas, através da leitura de bibliografia especializada no tema de nosso estudo, seguindo-se à apresentação e descrição tanto dos *corpora* de fontes iconográficas, que analisaremos em nossa pesquisa: um numismático e outro funerário e descreveremos, sumariamente, a metodologia com a qual operaremos as fontes supracitadas.

No que tange à apresentação e contextualização geral do tema e os objetivos de nossa pesquisa, iniciamos no ano 323 a.C³, após a morte de– Mégas Aléxandros, ou seja, Alexandre o Grande ou Alexandre Magno. Seu império, que havia se estendido

¹ Graduando em História da UFRRJ – *campus* Seropédica e membro do LITHAM / UFRRJ – Laboratório Interdisciplinar de Teoria da História, Antiguidade e Medievo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

² CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. São Paulo: 7ª ed. Editora Brasiliense, 1988.

³ Todas as datas apresentadas neste trabalho seguem o calendário cristão.

dos Bálcãs à fronteira ocidental da Índia, incluindo o Egito, viria a fragmentar-se nas mãos de seus generais em cinco reinos helenísticos, os quais, segundo André Paul⁴ foram divididos da seguinte forma: Antípater na Macedônia, Lisímaco na Trácia, Antígono na Ásia Menor, Seleuco I Nicanor na Babilônia, e por fim, Ptolomeu I Sotér no Egito. No entanto, ao final do século III a.C., esses reinos encontravam-se reduzidos a três: o reino dos Antigônidas, centrado na Macedônia, o Selêucida na Síria, mas se estendendo à Ásia Menor e o Ptolomaico no Egito. Desses, os mais relevantes foram, indubitavelmente, os dois últimos. Todos os três tiveram seu fim, com a expansão e conquista romanas. A Macedônia foi invadida no século II a.C., o reino Selêucida caiu em 64 a.C. perante Pompeu Magno e o reino Ptolomaico do Egito encerrou-se em 30 a.C., com o duplo suicídio de Marco Antônio e Cleópatra VII e a transformação do mesmo em província romana, por Otávio, logo depois, cognominado Augusto, com o início do Império Romano, ou Principado, em 27 a.C. Tal era a importância econômica do Egito – que abastecia Roma de cereais e, sobretudo, o trigo –, que Otávio, cognominado Augusto, logo o tornou um território privado do Imperador, nomeando para os três primeiros escalões de sua administração, apenas romanos da ordem equestre, propositalmente para afastar qualquer influência do Senado no Egito.

Como mencionado anteriormente, o Egito, que fora libertado da dominação persa após a queda de Dario III em 330 a.C., ficara sob a tutela de Ptolomeu I Sotér, fundador da dinastia Lágida⁵. Considerado um dos mais brilhantes generais de Alexandre, Ptolomeu, rapidamente, proclamou-se rei, em 306 a.C, fundando a dinastia Ptolomaica no Egito, a qual o dominou durante quase 300 anos, dando-se aí, o início do período conhecido como helenístico do Egito. Ele representou o contato entre duas das mais importantes etnias⁶ do Egito Romano: a egípcia, constituída pelos nativos descendentes da época faraônica, e a grega, não apenas por seus governantes, mas também pela imigração, em significativa escala, através da conquista de Alexandre. Entretanto, devemos destacar que já havia presença de gregos, sobretudo no Delta do rio Nilo, local onde foi fundada pelos helenos, em fins do século VII a.C., a colônia de

⁴ PAUL, André. *O Judaísmo Tardio. História Política*. Tradução Benôni Lemos. São Paulo: Paulinas: 1998, p 56.

⁵ Segundo esclarece André Paul, Ptolomeu I Sotér era filho de Lagos, por esta razão a dinastia grega que governou o Egito de fins do século IV a.C. até a morte de sua última rainha, Cleópatra VII, em 30 a.C., é conhecida por “dinastia ou reino Ptolomaico ou Lágida”. *Ibidem*, p. 20.

⁶ O conceito de Etnia será devidamente abordado na altura na qual trataremos do nosso quadro teórico.

Náucratis, na realidade um empóron⁷, tal qual nos esclarece a Professora Doutora Maria Beatriz Florenzano⁸.

A tais grupos – egípcios de origem, os verdadeiros nativos do Egito, e os gregos –, somava-se uma sólida comunidade judaica, que viveu, sobretudo, em Alexandria, até ser praticamente dizimada após uma revolta dos judeus contra Roma, durante o reinado do Imperador Trajano em 115 d.C. Os judeus de Alexandria, apesar de possuírem fortes traços helenísticos, ainda detinham certas especificidades, a começar por seu monoteísmo, sempre seguindo as normas da Torá⁹. No entanto, uma vez que pretendemos utilizar apenas fontes iconográficas em nossa pesquisa, as quais são bastante escassas no judaísmo, devido à proibição da confecção de imagens, presentes na Torá, especificamente no Decálogo, trataremos do constante contato entre as etnias grega e egípcia, o qual pode ser traduzido no encontro de suas culturas, que, em linhas gerais, acabariam por gerar uma terceira cultura híbrida: o helenismo. Mas não é só. A chegada dos romanos para governar a província do Egito acarretou na vinda de uma quarta etnia, obviamente a romana, ainda que em número bem menor do que as outras, trazendo consigo seus traços políticos e culturais.

Durante o período ptolomaico da história do Egito, ali floresceu um processo de hibridização cultural, que mesclou a cultura do novo dominador – a grega –, com a nativa – a faraônica. Tal mesclagem foi denominada de *helenismo*¹⁰, principal base cultural da dinastia Ptolomaica, que através dele buscou legitimar sua autoridade mediante os nativos egípcios. Segundo boa parte da historiografia, foi Ptolomeu I quem inseriu no Egito o culto a um novo deus, de aparência helênica, mas que era alexandrino: *Serápis*. Tal divindade não só serviu para legitimar o poder dos reis Ptolomeus sobre todo o Egito, como também foi apropriado pelos Imperadores Romanos, mais tarde, para legitimação de seu poder sobre a população egípcia. Nessa linha de raciocínio, encontramos o argumento de Alan K. Bowman que defende que o imperialismo político da dinastia grega, no caso os Lágidas, e também do Império Romano, foi um dos principais motivos para a modificação e a alteração da cultura e da

⁷ Um empóron era um entreposto comercial, que visava, sobretudo, levar trigo à Grécia.

⁸ FLORENZANO, Maria Beatriz B. *O mundo antigo: economia e sociedade* (Grécia e Roma). São Paulo: 9ª ed. Brasiliense, 1989, p. 29.

⁹ A palavra hebraica TORÁ traduz-se por “ensinamento”, segundo nos informa UNTERMAN, Alan. *Dicionário judaico de lendas e tradições*. Tradução de Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p. 264, porém a Torá é também identificada como *A Lei de Moisés*.

¹⁰ O conceito de helenismo também será propriamente explicado ao citarmos o quadro teórico de nossa pesquisa.

religião faraônica, uma vez que teve de buscar formas de se adaptar à cultura e à religião estrangeiras:

[...] o imperialismo político imposto ao Egito durante os períodos grego, romano e bizantino foi um fato real e significativo que afetou profundamente sua religião e cultura e que, por isso, não pode ser justificadamente deixado de lado. É, portanto, legítimo tentar investigar, por um lado, o que os gregos fizeram da religião egípcia e, por outro, as formas pelas quais suas características fundamentais (inevitavelmente definidas, como devemos admitir, em termos ‘europeus’) transformaram-se e adaptaram-se à presença cultural estrangeira.¹¹

Mesmo levando-se em conta os ensinamentos de Bowman, ainda assim, não se pode afirmar que o período helenístico do Egito modificou bruscamente a cultura indígena nilótica, mas sim o fez parcialmente, como se verá na análise das fontes. O Egito do período romano, posterior ao helenístico, o qual é o recorte cronológico de nosso estudo, ou seja, de 30 a.C. ao final do século II d.C., mostrará que a cultura faraônica, ainda que modificada, manteve-se significativamente presente, sobretudo na iconografia funerária distante das metrópoles gregas. Contudo, também tal período romano revelará que a grande presença da cultura clássica no Egito foi a grega e não a romana, fato ressaltado por Ramsay MacMullen, como se demonstrará mais adiante em nosso quadro teórico.

A adesão destes elementos helênicos pela cultura egípcia – faraônica – pode ser percebida em inúmeros setores da sociedade egípcio-ptolomaica, a exemplo da vida cotidiana, nas ciências exatas, biológicas, direito e até na religião, temática central deste trabalho. A religião egípcia faraônica, como veremos mais adiante, por conta de seu caráter politeísta¹², não encontrou grandes resistências à mescla com elementos gregos, e até romanos, igualmente politeístas, o que caracterizaria uma religião significativamente híbrida, durante o período de dominação lágida e, posteriormente, romana.

¹¹ BOWMAN. Alan. *Egypt After The Pharaohs: 332 BC – AD 642: From Alexander to the Arab Conquest*. London: British Museum Publications, 1986, pp. 167-168. Tradução livre.

¹² Apesar do caráter politeísta do Egito, vale lembrar que este foi palco de uma efêmera “reforma religiosa”, a qual tentou inserir a “monolatria” – a adoração a um único deus: Aton, e não o “monoteísmo”, a crença em uma só divindade, como é o caso dos judeus, já que os demais deuses faraônicos continuaram a existir e logo retornaram após o fim do relativamente curto reinado daquele que propôs tal “reforma religiosa”, mais conhecida por “Reforma de Amarna”: o Faraó Akhenaton, que reinou por menos de 20 anos, no século XIV a.C.

Encontramos também exemplos de preservação de hábitos faraônicos, dentro da casa dinástica ptolomaica, a qual passa a adotar casamentos consangüíneos, prática comum aos Faraós do antigo Egito, influenciada pela mesma atitude entre os deuses faraônicos. Portanto, nesse caso, observamos o inverso, ou seja, a influência da cultura matrimonial faraônica na dinastia Ptolomaica. Na realidade, a mistura das culturas grega e faraônica pode ser considerada uma ramificação do helenismo, nesse caso, egípcio. Todavia, ao final do reino Ptolomaico, uma nova civilização viria a atuar nesse cenário: Roma. Contudo, a estrutura cultural helenística, portanto híbrida, e a preservação de elementos religiosos faraônicos constituíram a base da vida cultural do Egito Romano, como as fontes de nosso recorte cronológico comprovam. No entanto, assim como o contato entre gregos e egípcios não começou com a invasão de Alexandre da Macedônia, as relações entre Roma e o Egito, igualmente, não começaram com a anexação deste ao território romano, uma vez que a política intervencionista de Roma precedeu tal anexação.

A título de exemplo, Alan Bowman¹³ ilustra esta política intervencionista com o caso da segunda invasão dos Selêucidas, liderados por Antíoco IV, em 168 a.C, quando Roma enviou o embaixador Popillius Laenas para a resolução do conflito. Laenas, por sua vez, ordenou que Antíoco IV deixasse o Egito. No entanto, é com a anexação do Egito, ao final da República Romana, e a três anos do início do Império, que as interações entre a cultura egípcia helenizada e a romana tornaram-se mais intensas.

No que concerne ao quadro teórico de nossa pesquisa, iniciamos apontando que esta interação da cultura romana com a cultura nativa, assim como a helenização, também tomou a face de um conceito: a romanização¹⁴. Entretanto, no caso do Oriente Próximo, é necessário considerarmos o argumento de Ramsay MacMullen, o qual defende que no Oriente: “Governantes e porta vozes de Roma mostravam-se ser pessoas civilizadas, isto é, tal qual os próprios gregos. Certamente, então, eles – os romanos - não trouxeram com eles política alguma de imperialismo cultural”¹⁵.

Equivale dizer que Roma não levou ao Oriente Próximo nenhuma política deliberada de imperialismo cultural. Assim sendo, a cultura clássica a prevalecer no Oriente do Império Romano foi aquela já preexistente ao domínio de Roma dessa região, ou seja, a cultura helenística, inclusive a língua utilizada na porção oriental do

¹³ BOWMAN, Alan K. *Egypt After...* op. cit., pp. 31-32.

¹⁴ O conceito de Romanização será devidamente apresentado mais adiante.

¹⁵ MACMULLEN, Ramsay. *Romanization in the Time of Augustus*. New Haven e London: Yale University Press. 2000, p 1.

Império era a grega, ao passo que, no Ocidente, empregava-se o latim. Portanto, o Oriente Próximo, incluindo, obviamente, o Egito, permaneceu muito mais helenizado do que romanizado, sofrendo uma influência e possuindo um legado muito maior do período helenístico. No entanto, há casos que comprovam o florescimento do processo de romanização no Egito, cujos melhores exemplos, em nossa pesquisa, são, como já acima mencionados, os retratos – característica da arte romana – postos nos ataúdes de múmias do período romano da história egípcia, ou ainda em imagem do deus faraônico Anúbis trajado com armadura militar romana nas Catacumbas de Kom el Shuqafa, em Alexandria, cuja data vai da passagem do século I ao II d.C.

A reforçar tal argumento de autoria de Ramsey MacMullen, e com base na transcrição acima, a Professora Doutora Norma Musco Mendes sustenta que: “No Oriente (...) ao invés de Romanização o mais acertado seria a manutenção do conceito de Helenização” ¹⁶. No Egito Romano, o processo de romanização também tomaria traços leves, devido à forte presença da cultura faraônica e helênica, portanto helenística, no período da dominação romana, como conclui o professor Luis Eduardo Lobianco em sua tese de doutorado:

A conclusão final desta tese é a de que embora o processo de romanização tenha se instalado em território egípcio, durante o domínio romano no período aqui pesquisado, não há dúvidas que se mantiveram presentes as práticas do direito e da religião de todas as etnias indígenas pré-romanas, portanto a intensidade da romanização no Egito pode ser considerada mediana, à vista da nítida manutenção das culturas faraônica, grega e judaica. ¹⁷

Assim, encontramos como significativa característica da religião do Egito Romano fortes influências da cultura helenística e em menor escala da romana, sendo preservados consideráveis indícios da religião faraônica. Como a temática central de nossa pesquisa é a religião no Egito Romano, focaremos nossa atenção para os processos de romanização e helenização ocorridos dentro do tecido religioso deste

¹⁶ MENDES, Norma Musco. Romanização: a historicidade de um conceito. In: CAMPOS, Adriana Pereira, SILVA, Gilvan Ventura da, NADER, Maria Beatriz, FRANCO, Sebastião Pimentel e FELDMAN, Sergio Alberto (orgs.). *Os Impérios e suas Matrizes Políticas e Culturais*. Vitória: Flor&Cultura Editores e Université de Marne-la-Vallée, 2008, p. 42.

¹⁷ LOBIANCO, Luis Eduardo. *A Romanização no Egito: Direito e Religião (Séculos I a.C – III d.C)*. Niterói: (Tese de Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 419.

período. Ao retomarmos o argumento de Alan Bowman¹⁸, observamos que a cultura e religião nativa do Egito sofreram algumas alterações diante do imperialismo político adotado pela dinastia Ptolomaica e do Império Romano. Contudo, em se tratando, especificamente, do campo da cultura, também temos que contrapor aos ensinamentos de Bowman, aquele de MacMullen, que afirmou, categoricamente, que os romanos “...não trouxeram com eles política alguma de imperialismo cultural”¹⁹. E à sua voz, junta-se, conclusivamente, a da Professora Doutora Norma Musco Mendes, afirmando que: “No Oriente, ... , ao invés de Romanização o mais acertado seria a manutenção do conceito de Helenização”²⁰.

Assim, estamos diante de opiniões como a de Alan Bowman, que se apoia em um “imperialismo político” e a de MacMullen e da Professora Norma Mendes, que tratam do tema “imperialismo cultural”. De fato, é inquestionável a presença de modificações na religião faraônica, nos períodos helenístico e romano da história do Egito. Contudo, devemos sustentar, e nossos *corpora* de fontes iconográficas provarão isto, que a religião faraônica teve fôlego suficiente para se manter viva e ativa, ainda que diante da introdução no Egito das culturas romana e grega, essa última no que tange, mais especialmente, à religião. Por conseguinte, embora seja evidente que a religião faraônica acabaria por sofrer um significativo processo de helenização, e em menor escala de romanização, não podemos deixar de insistir na preservação dos principais alicerces da religião faraônica. Como por exemplo, o seu panteão, cujos principais deuses continuaram a ser adorados. Ainda que parcialmente modificados ou mesmo com o surgimento de novas representações de deuses faraônicos, a partir da época ptolomaica, tais divindades do Egito Romano, majoritariamente ainda eram herança da religião faraônica.

Portanto, é importante ressaltar que houve inovações, como, por exemplo a aparição do deus Hermanúbis, a união do deus grego Hermes com o faraônico Anúbis ou ainda o surgimento do deus Osíris Canopo, o deus faraônico do Além, do mundo dos mortos, tradicionalmente representado mumificado. Já na época romana, surge com seu corpo na forma de um vaso canopo, o qual na religião faraônica, em número de quatro, guardavam as vísceras do morto, no processo de mumificação. Surgiram também derivações da deusa faraônica Ísis, a partir da fundação de Alexandria, como a deusa

¹⁸ BOWMAN, Alan B. *Egypt After...* op. cit., pp. 167-168.

¹⁹ MACMULLEN, Ramsay. *Romanization in...* op. cit., p. 1.

²⁰ MENDES, Norma Musco. *Romanização: a...* op. cit., p. 42.

Ísis - Phária, representada junto ao Farol de Alexandria e a ele vinculada. Além disso, também ocorreu a introdução de novas divindades, como Serápis – por Ptolomeu I –, e mesmo de uma importante deusa originalmente grega:– Dēmētēr, deusa helênica protetora dos bens da terra, dos cereais, do trigo, amplamente produzido no Egito. Outra deusa cultuada no Egito Romano possuía nome grego, cujo significado era especial para a vida econômica do Egito: sua ampla produção e fartura agrícolas. Estamos nos referindo à deusa– Euthēnía, cujo significado desta palavra helênica é “abundância” – termo perfeito para a alta fertilidade do Egito.

Passando para as imagens funerárias, em sua tese de doutoramento, Luis Eduardo Lobianco, em uma análise deste *corpus* iconográfico, de diversas partes do Egito, chama-nos a atenção para o fato de que a influência helenística e romana na religião faraônica interferiu em diferentes graus de intensidade, de acordo com a localidade, assim relatando-nos:

À medida que se afasta geograficamente de Alexandria, em geral tais imagens tornam-se quase que exclusivamente faraônicas – como é o caso daquelas produzidas em Abydos, no Alto Egito. Entretanto, nunca deixam de ser híbridas, portanto envolvendo, também, elementos culturais gregos e romanos.²¹

De acordo com a sua argumentação, a presença de elementos faraônicos nas imagens funerárias é maior em regiões distantes da metrópole de Alexandria, ou das outras três metrópoles gregas, como Náucratis, Ptolemaida e Antinoópolis²². Nessas regiões metropolitanas do Egito, portanto, são encontrados maiores traços helenísticos e romanos, embora possuam traços faraônicos também. Em suma, a religião no Egito Romano é, indubitavelmente, híbrida, tendendo para uma ou outra cultura, mas quase sempre, com a helênica – ou helenística – e a faraônica juntas, e, por vezes, a romana também.

Podemos concluir que uma análise comparada da iconografia de diferentes partes do Egito Romano obtém diferentes resultados quanto ao grau de presença de elementos helênicos e faraônicos, como também romanos; a exemplo dos retratos de múmia do Fayum, em um oásis à Oeste do Nilo, no Médio Egito. De qualquer modo, o

²¹ LOBIANCO, Luis Eduardo. *A Romanização...* op. cit., p 419.

²² Embora já fundada no período romano, pelo Imperador Adriano, a metrópole de Antinoópolis possuía estruturas basicamente gregas, não destoando das outras três metrópoles helênicas do Egito Romano, supracitadas: Náucratis, Alexandria e Ptolemaida.

hibridismo é a palavra chave para melhor definir a religião no Egito Romano. Dessa forma, esta pesquisa propõe-se a traçar uma análise comparativa da iconografia funerária encontrada na região da - chōra, ou seja, a zona rural do Vale do Nilo, e a iconografia numismática de moedas cunhadas em Alexandria, no século II d.C., durante a dinastia dos Imperadores romanos Antoninos.

Através da comparação, teremos uma noção das diferenças entre a religião na chō'ra, e em Alexandria, um verdadeiro pólo de cultura helenística inserido em um país que ainda apresentava significativos traços de sua religião nativa, ainda que modificada após o fim da época faraônica. Assim sendo, esta pesquisa tencionará traçar um quadro comparativo entre as práticas religiosas – por meio de imagens, sejam numismáticas, sejam funerárias, do Egito Romano, objetivando assim, analisar o quanto houve de permanência da cultura faraônica, qual a intensidade da presença da helênica e helenística, e mais o grau de elementos culturais romanos, todos encontrados no Egito sob a dominação política e cultural romana, portanto após quase três milênios de história faraônica, seguidos de trezentos anos de domínio helenístico ptolomaico.

Uma vez que esta pesquisa tenciona comparar o quanto de permanência das culturas faraônica e helênica, mais precisamente helenística, bem como identificar o nível de introdução de componentes culturais romanos, no tecido religioso do Egito, durante a dominação política e cultural do Alto Império Romano, é necessário que o nosso quadro teórico trate de, no mínimo, três conceitos distintos: romanização, helenização e etnia.

Como ensinam a Professora Doutora Norma Musco Mendes e Yuri Corrêa Araujo²³ o conceito de romanização foi cunhado, no final do século XIX, embebido em fortes doses de noções positivistas e eurocêtricas. Empregado, basicamente, por arqueólogos, que visavam a analisar o contato de Roma com outros povos e consideravam as noções de aculturação e civilização *versus* barbárie, o conceito, implicitamente, pressupunha a inferioridade da cultura indígena face à cultura romana. Tal entendimento do conceito fora fruto de sua época, na qual emergiram as experiências imperialistas e as teorias raciais europeias, buscando justificar, portanto, o imperialismo europeu na África e parte da Ásia. Essa posição negava o *status* de agentes históricos aos povos dominados pelo império, considerando os nativos como

²³ MENDES, Norma Musco e ARAUJO, Yuri Corrêa. Epigrafia, Sociedade e Religião: o Caso da Lusitânia. In: THEML, Neyde, LESSA, Fábio de Souza e BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha (editores) et alii. *Phoenix* Laboratório de História Antiga / UFRJ. Rio de Janeiro: Mauad Editora, ano 13, pp. 258-260.

passivos, e também supunha o império como uma estrutura estática e homogênea. No entanto, em meados do século XX, com o surgimento da Antropologia Cultural, tais noções de evolução cultural e da oposição entre culturas consideradas superiores – como as da Europa – e inferiores – os dominados –, passaram a ser questionadas, rejeitando, assim, o etnocentrismo dentro das ciências humanas.

Dessa forma, encontramos, a partir da década de 1970, grandes mudanças nas análises culturais, dando um lugar de agentes históricos àqueles, anteriormente, subjugados, os quais não mais foram vistos como carentes de ação, mas sim passaram a oferecer diversas respostas frente à dominação. É neste contexto que se encontra a teoria pós-colonial, a qual traria grandes questionamentos ao conceito de romanização por conta de seu caráter cientificamente inapropriado. De qualquer modo, considerando a historicidade do conceito de *romanização*, uma definição bastante recente e clara deste conceito é-nos fornecida pela Professora Doutora Norma Musco Mendes e Yuri Corrêa Araujo, ao concluírem que: “Tais princípios nos levaram a entender o termo Romanização como processos de mudanças socioculturais multifacetadas em termos de significados e mecanismos, resultantes do relacionamento entre os padrões culturais romanos e a diversidade provincial”²⁴.

Tal diversidade provincial, acima citada, torna-se evidente se compararmos as províncias do Império Romano no Ocidente e no Oriente. Nesse último, embora a romanização também tenha se feito presente, foi em escala bem menor, bastando que nos lembremos das afirmações de Ramsey MacMullen e da própria Professora Doutora Norma Mendes, já antes mencionada, tão logo começamos a tratar do quadro teórico de nossa pesquisa, ou seja, o Oriente Romano, portanto o Egito, igualmente, permaneceu muito mais helenizado do que romanizado. Retomando as considerações de MacMullen, no caso do Oriente, mediante a presença de fortes traços helenísticos, e considerando-se que Roma não exerceu ali um imperialismo cultural, tal região, incluindo o Egito, permaneceu significativamente helenizada e foi pouco romanizada:

As duas civilizações sendo então pressionadas uma contra a outra ao longo da conquista, mostram bastante bem quais pontos exatos emperraram e não seriam cabíveis. Eles permitem um par rival de perfis a ser delineado. Os romanos, para surpresa de ninguém, venceram onde armas, administração e tecnologia

²⁴ Ibidem, p. 261.

prática estavam em questão. Quanto ao resto, em termos práticos: a Grécia cativa tornou Roma cativa.²⁵

Portanto, de acordo com a lógica de MacMullen, Roma exerceu uma dominação política e militar sobre o Oriente, todavia, o seu tecido cultural, em sua maioria, manteve-se helenizado. E, uma vez que esta pesquisa possui como temática central a religião e cultura no Egito Romano, as quais permaneceram muito mais helenizadas do que romanizadas, encontramos um novo conceito que merece certa atenção neste artigo: o helenismo. Podemos encontrar uma contundente definição de helenismo, no século XIX, elaborada por Droysen²⁶, na qual o helenismo é entendido como o contato e até mesmo a mescla ocorrida entre a cultura helênica com as do Oriente Próximo. Neste sentido, a helenização que se cristalizou nesta região teve como recorte cronológico, ainda segundo Droysen, seu início com a derrota do Império Persa dos Aquemênidas, vencidos em 331 a.C. por Alexandre da Macedônia e seu fim com a derrota de Marco Antônio e Cleópatra VII, na Batalha de Ácio, vencida por Augusto, em 31 a.C. Outros historiadores encerram a época helenística, em termos cronológicos, com a queda do último reino helenístico, justamente o Ptolomaico, do Egito, em 30 a.C., mortos Marco Antônio e Cleópatra VII e Otávio conquistando-o para Roma. Porém o outro reino helenístico relevante – o dos Selêucidas – já havia sido conquistado por Pompeu em 64 a.C.

O contato entre as culturas faraônica, grega e romana foi uma tradução do encontro de suas etnias, fato que nos conduz a outro conceito básico para o arcabouço teórico de nossa pesquisa. Estamos nos referindo ao o conceito de etnia. De acordo com o Professor Doutor Ciro Flamarion Cardoso, é preferível utilizar-se o conceito de etnia desconsiderando o de “raça”, com o qual seria impossível a constituição de uma análise séria e científica. Nesta lógica apresentada pelo professor Ciro Cardoso, o conceito de etnia traduzir-se-ia em um grupo o qual fosse constituído das seguintes características:

1. Estar estabelecido em caráter durável num território determinado;
2. Ter em comum especificidades relativamente estáveis de língua e cultura;
3. Reconhecer a diferença com relação a outras etnias ou grupos bem como sua própria unidade (autoconsciência);

²⁵ MACMULLEN, Ramsay. *Romanization in...* op. cit., p 29. Tradução livre.

²⁶ DROYSEN, J. G. *Geschichte des Hellenismus* Apud PAUL, André. *O Judaísmo...* op. cit., p 93.

4. Expressar tal unidade reconhecida por meio de uma autodesignação ou ‘etnônimo’.²⁷

Os egípcios, os gregos e os romanos representavam três etnias distintas, as quais entraram em contato no Egito Romano, mesclando suas culturas e gerando um hibridismo cultural, sobretudo no que concerne à religião.

Embora ainda inicial, o estágio atual de nossa pesquisa já nos permite formular as seguintes hipóteses:

1. Considerando que Roma não introduziu uma política de imperialismo cultural no Oriente Próximo, o Egito manteve elementos da cultura grega, ou melhor, helenística, herdada da época ptolomaica, dado que mesclada com a faraônica. Não obstante, elementos culturais romanos, ainda que em menor escala, são também perfeitamente detectáveis.
2. A religião faraônica preservou-se com ênfase, embora modificada, durante os períodos helenístico e romano da história do Egito, ainda que, simultaneamente, a helenização tenha ali ocorrido de modo significativo, nestas mesmas épocas.
3. Analisando nossos *corpora* de fontes, podemos nitidamente perceber que enquanto a cultura grega esteve fortemente presente, sobretudo na iconografia numismática produzida em Alexandria, elementos da religião faraônica preservaram-se, com mais intensidade, no vale do Nilo e na – chōra – o campo, a zona rural, como se observa da iconografia funerária.
4. Dentre os *corpora* de fontes de nossa pesquisa, observa-se elementos que caracterizam claramente o florescimento do processo de romanização no Egito, sobretudo nos anversos das moedas alexandrinas e nos retratos pintados de mortos, e ainda, excepcionalmente, nas catacumbas de Kom el Shuqafa, em Alexandria, parte da iconografia funerária deste estudo.

A terceira hipótese acima revela os dois *corpora* de fontes iconográficas do Egito Romano os quais analisaremos em nossa pesquisa. O primeiro *corpus* é composto por imagens de moedas cunhadas em Alexandria, durante a dinastia dos Antoninos (século II d.C.). Neste caso nos debruçaremos, mais enfaticamente, na iconografia presente nos reversos²⁸ de tais moedas, nos quais há as imagens de deuses egípcios com interferências culturais sobretudo faraônicas e gregas, gerando um claro exemplo de

²⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Antiguidade Oriental: Política e Religião*. São Paulo: Contexto, 1990, p. 18.

²⁸ O lado de trás das moedas, segundo a numismática.

helenização no Egito, e em intensidade bem menor, romana. Esta é encontrada nas efígies dos Imperadores, presentes nos anversos²⁹ das moedas. Esta iconografia numismática e sua respectiva descrição serão extraídas da obra de Soheir Bakhoun³⁰, intitulada *Dieux Égyptiens à Alexandrie sous les Antonins – Recherches numismatiques et historiques – Deuses Egípcios em Alexandria sob os Antoninos – Pesquisas numismáticas e históricas*.

No que tange à iconografia funerária, tal *corpus* será formado por retratos pintados de mortos, ataúdes, mortalhas e estelas funerárias, e suas respectivas descrições, documentação esta que será retirada da obra de Susan Walker e Morris Bierbrier³¹ denominada *Ancient Faces. Mummy Portraits from Roman Egypt – Rostos Antigos. Retratos de Múmia do Egito Romano*. Todas estas fontes funerárias, quando confirmada a procedência das mesmas – fato que nem sempre ocorre -, vêm de localidades do vale do Nilo ou da área rural, o campo: a xw/ra – chō'ra, mas também, excepcionalmente, da cidade grega de Antinoópolis. Desta forma, é compreensível que uma iconografia funerária procedente desta cidade apresente elementos da cultura romana. Em suma, tanto a iconografia numismática quanto a funerária, do Egito Romano, no fundo é híbrida, envolvendo as culturas faraônica, grega e romana. Portanto, na realidade, as três estão presentes em ambos os *corpora* analisados em nossa pesquisa, porém, podemos sustentar que a faraônica é mais significativa nas imagens funerárias e a grega nas numismáticas, de Alexandria.

A metodologia que utilizaremos para analisar ambos os *corpora* supracitados, será a Análise de Conteúdo, mais especificamente através da construção de Grades de Leitura e Análise, tal como ensinada em texto de autoria do Professor Doutor Ciro Flamarion Cardoso³². Tais Grades têm por objetivo destacar quais os temas que mais estão presentes nas fontes iconográficas, selecionadas para nossa pesquisa. Cada Grade, de tipo quantitativo, será dividida em quatro colunas e várias linhas. A primeira coluna informa apresenta as “Culturas de Referência”, ou seja, “Faraônica”, “Grega / Helenística” e “Romana”. Trata-se de uma coluna extra, em geral ausente deste tipo de Grade. A segunda coluna apresentará os temas centrais presentes na fonte e é

²⁹ O lado da frente das moedas, segundo a numismática.

³⁰ BAKHOUM, Soheir. *Dieux Égyptiens à Alexandrie sous les Antonins : Recherches numismatiques et historiques*. Paris: CNRS Éditions, 1999, pp. 175-207 e pp. 227- 241. Tradução livres.

³¹ WALKER, Susan e BIERBRIER, Morris. *Ancient Faces. Mummy Portraits from Roman Egypt*. London: British Museum Press, 1977 (páginas não sequenciais da obra). Tradução livre.

³² CARDOSO, Ciro Flamarion. *Análise de Conteúdo. Método Básico*. (Notas de aula). Texto da disciplina “Métodos e Técnicas I”, ministrada pelo Professor Doutor Ciro Cardoso, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, PPGH-UFF, Niterói-RJ, no primeiro semestre de 2000.

identificada pela expressão "Categorias Temáticas e Sub-Categorias", estas últimas quando são sub-divisões das primeiras. Em seguida, na terceira coluna, denominada "Unidades de Registro", transcreveremos palavras ou expressões, a partir das descrições das imagens, as quais se adequam às respectivas categorias temáticas e sub-categorias. Na última coluna: "Unidades de Numeração", colocar-se-á um algarismo, o qual indica quantas unidades de registro aparecem na respectiva linha ao lado. Deste modo tais números são indicadores de quais temas foram mais abordados na fonte analisada.

Como fora mencionado anteriormente, não é intenção deste artigo, promover uma discussão exaustiva do tema, e sim apenas ilustrar brevemente algumas questões que permeiam esta pesquisa, ainda em estado inicial, e os elementos que já possuímos, necessários ao desenvolvimento da mesma. E tal qual observado ao longo deste artigo, esta pesquisa tenciona mostrar através da comparação de iconográfica duas áreas distintas do Egito Romano, como a religião faraônica manteve-se viva em diferentes localidades desta província, apesar da forte influência do helenismo, e em menor escala da romanização. Apesar das diferenças entre a região da *chóra* e a metrópole de Alexandria, notamos em ambas as localidades, a religião faraônica viva e atuante, ainda que modificada, durante os dois primeiros séculos da dominação Romana.